

Palavra do Presidente

Caros colegas,

Mais uma vez ficou demonstrado que a união faz a força e que o somatório de muitos esforços é importante para alcançar bons resultados. Solicitamos e fomos atendidos por uma grande maioria de colegas para apresentarmos aos nossos representantes na Câmara Federal as preocupações de todos com o PL 1094/2011, que na prática iria causar sérios transtornos às nossas profissões. Especialmente aos médicos veterinários por interferir nas atividades privativas de inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, assim como também alteraria profundamente a Lei nº 5517. O referido PL 1094/2011, de autoria do deputado Cleber Verde, propunha também tornar como privativas da Engenharia de Pesca todas as atividades da cadeia de produção de animais aquáticos, afetando esta importante área de trabalho para os zootecnistas. Como se vê, nossas profissões, caso o projeto de lei fosse aprovado, estariam ameaçadas.

Mantivemos contatos com vários deputados federais mineiros, não só aqui em Minas Gerais, como também em Brasília, onde pudemos apre-

sentar argumentos e documentação que comprovavam nossas preocupações. Para obter o apoio dos deputados à nossa causa foi fundamental a participação de todos os colegas mineiros, aos quais solicitamos que se manifestassem junto aos congressistas. Ao encaminharem por e-mail o manifesto contra a aprovação do PL 1904/2011, vocês demonstraram a força de nossas categorias profissionais e o valor e o respeito que nossas profissões merecem. Estão todos de parabéns! O PL 1904/2011 foi retirado de pauta, não podendo mais ser reapresentado nesta legislatura. Apesar desta vitória, não podemos “baixar a guarda”, como se diz em linguagem popular. Temos que ocupar nossas áreas de atuação, com profissionais competentes e comprometidos com a qualidade dos serviços prestados. As ameaças às nossas profissões continuam, e a cada momento podemos ser surpreendidos com a apresentação de novos projetos de lei que visam retirar de médicos veterinários e de zootecnistas áreas de atuação que lhes são peculiares.

A sua participação é importante, afinal o Conselho é de todos!

Atenciosamente,
Prof. Nivaldo Silva
CRMV-MG nº 0747
Presidente



Comunicado

Criação do Brasileish

No dia 17 de junho, na sede do CRMV-MG, foi criada uma associação científica que pretende reunir médicos veterinários clínicos de pequenos animais para o estudo da Leishmaniose em animais: a BRASILEISH – Grupo de Estudos sobre Leishmaniose Animal. Os membros fundadores são os médicos veterinários André Luis Soares da Fonseca, Fábio dos Santos Nogueira, Ingrid Menz, Manfredo Werkhauser, Paulo Tabanez, Vitor Márcio Ribeiro e Sidney Magno, que se inspiraram em profissionais europeus e na iniciativa do LEISHVET. A associação tem caráter científico, sem fins lucrativos e é dedicada à pesquisa e orientação ao manejo clínico de Leishmaniose em animais na Medicina Veterinária do Brasil. Toma-se por princípio a defesa e respeito à vida humana e animal, pautados em valores éticos e científicos. De acordo com os fundadores, os objetivos da Brasileish são orientar os clínicos veterinários e discutir

junto às autoridades sanitárias sobre os melhores métodos diagnósticos, tratamentos e medidas de prevenção da Leishmaniose nos animais e os órgãos de classe, entre eles o CFMV e CRMVs, sobre as evidências científicas da doença nos animais, assim como a população, através da mídia e eventos populares, sobre a prevenção, tratamento e realidade da doença no país; além de estabelecer recomendações que sejam reconhecidas a nível nacional e internacional, estudar, elaborar e executar trabalhos de pesquisa destinados ao manejo da doença nos animais e disponibilizar diálogo com todas as instituições de outras profissões e organizações não governamentais sobre os aspectos da Leishmaniose nos animais. Médicos veterinários de todo o país comprometidos com a defesa e respeito à vida humana e animal são convidados a compor o quadro social do BRASILEISH. A próxima reunião será realizada

no dia 28 de outubro, em Belo Horizonte, véspera do VII Simpósio Internacional de Leishmaniose Visceral Canina. Haverá, durante o Simpósio, a apresentação do BRASILEISH aos médicos veterinários.

De acordo com Dr. Manfredo Werkhauser “essa é uma bandeira que a gente assumiu em defesa da vida dos nossos clientes e dos nossos pacientes, ou seja, preservação da vida através de métodos que são reconhecidos cientificamente e mundialmente”. Dr. Vitor Márcio Ribeiro explica que é “necessidade que os veterinários estudem cada vez mais sobre o tema leishmaniose para que eles possam colaborar cada vez mais”. O debate foi realizado no CRMV-MG, de acordo com o médico veterinário, “porque o conselho é a nossa casa. Então, nada melhor do que a gente reunir na casa da gente”.

Encontro na ALMG discute LVC

Em dez anos, aumentou o índice de transmissão da leishmaniose visceral nos municípios mineiros: em 2000, 46 cidades apresentaram casos e em 2010, quase 200, sendo que as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, além de Unaí, Paracatu e Montes Claros são as que têm mais ocorrências de leishmaniose visceral. A notificação dos casos aos órgãos de controle de saúde é obrigatória. Por outro lado, as mortes humanas causadas pela doença em Minas Gerais diminuíram. Em 2010, a taxa foi de 10%, enquanto em 2009 o número chegou a 13%.

Os dados foram apresentados pelo superintendente de Epidemiologia da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Francisco Leopoldo Lemos, durante audiência pública da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na manhã desta quarta-feira (8/6/11). A reunião foi solicitada pelo deputado Fred Costa (PHS), para discutir a prevenção e o controle da leishmaniose em Minas Gerais.

De acordo com a SES, em Minas Gerais, entre 2009 e 2010 foram registrados 1.232 casos e 132 mortes; em 2008, o índice foi de 1.450 casos e 33 mortos. Segundo Francisco Lemos, a Secretaria de Saúde trabalha no mapeamento de áreas de transmissão, delimitadas em alto, moderado e baixo risco, para aplicar inseticidas e melhorar o diagnóstico nos seres humanos. Além disso, há o sacrifício de animais contaminados com o parasita para evitar a reprodução do ciclo de transmissão. A leishmaniose é uma doença crônica, que se manifesta na pele ou nas vísceras, causada por protozoários flagelados do gênero *Leishmania*, da família dos Trypanosomatidae. O calazar (leishmaniose visceral) e a úlcera de Bauru (leishmaniose tegumentar americana) são as principais formas da doença.

A forma visceral, mais comum no Brasil, é uma doença parasitária transmitida ao homem e outros hospedeiros por pequenos insetos de cor amarelada, semelhantes às moscas e mosquitos, chamados flebotomíneos. Ela atinge órgãos internos, principalmente fígado, baço, gânglios linfáticos e a medula óssea, e pode levar à morte quando não tratada. Nos humanos, a doença causa febre, emagrecimento, anemia, aumento do fígado e do baço

e imunodeficiência. Nos cães, os principais hospedeiros do parasita, os sintomas são anemia, feridas na pele e crescimento exagerado das unhas. Ações municipais - O secretário-adjunto de Saúde de Belo Horizonte, Fabiano Pimenta, afirmou que 60% das pessoas que morrem por leishmaniose visceral têm outras doenças como complicadores, como o HIV e a tuberculose. Ele salientou a castração gratuita, as campanhas para guarda responsável e as feiras de adoção como ações da Prefeitura municipal para aumentar a proteção de cães. Atualmente, há cerca de 28 mil animais vivendo nas ruas da Capital. Além disso, cerca de 360 profissionais estão envolvidos em aplicações de inseticidas e eutanásia de animais contaminados, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. Para o secretário-adjunto, os agentes de saúde também devem ser capacitados para identificar e tratar os sintomas nos seres humanos no início da doença e a população, conscientizada sobre os cuidados com os animais e o descarte correto de resíduos, já que o inseto transmissor se desenvolve em matéria orgânica.

DEFENSORES GARANTEM QUE SACRIFÍCIO PODE SER EVITADO

Veterinários e defensores dos animais criticaram as políticas públicas desenvolvidas no Brasil e em Minas para cuidar da leishmaniose. O presidente do Conselho Regional de Veterinária de Minas Gerais, Nivaldo da Silva, afirmou que o assunto não despertava muita atenção do poder público e da mídia até atingir as populações humanas e de cães de diferentes status econômicos. Ele considerou que não há campanhas educativas governamentais para conscientizar a população e também há muitas dúvidas sobre o motivo da expansão em todo o Brasil. "As metodologias de diagnóstico e de tratamento devem ser melhor avaliadas", ressaltou. A Ordem dos Advogados do Brasil, por meio do núcleo de Meio Ambiente, se manifestou contra os sacrifícios de animais. O representante, Sérgio Cruz, ponderou que o cão "não deve ser visto como uma praga urbana, mas como bioindicador de que algo está errado" e que o extermínio pode ser uma medida barata, mas não é a única para lidar com a leishmaniose.

O professor do curso de Medicina Veterinária da

PUC Betim, Vítor Ribeiro, defendeu o uso de vacinas para diminuir o sacrifício de cães e criticou a capacitação de agentes de saúde. Segundo ele, muitos deles afirmam que o produto não funciona. "Isso é um desrespeito ao Ministério da Agricultura, que aprovou a vacina. Por que eles dizem que ela não é boa?", questionou. O professor afirmou que duas vacinas já foram desenvolvidas no Brasil, mas não há divulgação ou ela é colocada em descrédito.

Segundo Vítor, que também é integrante da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa), muitos países não exterminam os animais contaminados e a Europa, por exemplo, divulgou, em 2010, uma vacina eficaz para controlar a doença. Além do produto, os colares inseticidas poderiam ser usados para prevenir a transmissão.

O deputado Fred Costa (PHS) reconheceu o esforço do poder público para melhorar o quadro, mas pediu para que sejam desenvolvidas outras ações. Ele citou que a mídia, por exemplo, não dá o mesmo destaque à doença, ao contrário do que ocorre com a dengue, já que há muitas mortes de pessoas e cães. Conforme o superintendente da Secretaria de Estado da Saúde, Francisco Lemos, nos últimos oito anos, 198 morreram em decorrência de dengue e mais de 400 por leishmaniose visceral. O deputado Doutor Wilson Batista (PSL) ponderou que, embora o número de mortes causadas por dengue seja menor nessa comparação, há mais casos da doença causada pelo mosquito *Aedes aegypti* no Estado.

A comissão vai votar pedido de informações ao Ministério da Saúde, especialmente em relação ao desenvolvimento de vacinas no País. O requerimento é dos deputados Carlos Mosconi (PSDB), Doutor Wilson Batista e Fred Costa.

Presenças - Deputados Carlos Mosconi (PSDB), presidente; Doutor Wilson Batista (PSL); Neider Moreira (PPS); e Fred Costa (PHS). Também participaram o superintendente da ONG Núcleo Fauna de Defesa Animal, Franklin Oliveira, a promotora de Justiça de Defesa de Saúde de Barbacena, Giovanna Araújo Atanásio, e o representante da OAB, Ricardo Assis Alves Dutra.

Fonte: Assessoria ALMG

Câmara rejeita indenização por abate de animal infectado

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados rejeitou, no dia 29 de junho, o Projeto de Lei 2230/07, do deputado Marcos Montes (DEM-MG), que determina a indenização aos proprietários de animais abatidos em razão da infecção pelo vírus da Anemia Infecciosa Equina. Por ter caráter terminativo, a rejeição na Comissão de Finanças determina o arquivamento da proposta, mas ainda cabe recurso para votação

em Plenário. A proposta já havia sido aprovada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

O relator, deputado Pepe Vargas (PT-RS), observou que a proposta cria um gasto continuado para o governo sem indicar a fonte de pagamentos e, por isso, seguindo jurisprudência da comissão, votou pela inadequação financeira do projeto.

Segundo Vargas, "a proposta deveria estar acompanhada da estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro, bem como da demonstração da origem dos recursos para seu custeio, como obriga a Lei de Responsabilidade Fiscal".

Fonte Agência Câmara

WSPA realiza curso de bem-estar animal e abate humanitário na UFMG

Nos dias sete, oito e nove de junho a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA) realizou, simultaneamente na Universidade Federal de Lavras (UFLA) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) cursos com a temática “bem-estar animal e abate humanitário”. A abordagem parte desde o embarque do animal na propriedade, passando pelo transporte e desembarque no frigorífico, manejo, insensibilização e sangria. Ou seja, todas as etapas do pré-abate e abate, a fim de evitar o sofrimento do animal.

Mais de 200 profissionais participaram em Belo Horizonte. Dentre os atuantes em várias áreas vale destacar o material distribuído aos professores de Medicina Veterinária e Zootecnia para que possam introduzir em sala um debate tão relevante. Tatiane Dandin, uma das ministradoras do curso, defende a discussão dentro das universidades “porque são esses profissionais que estão formando os do futuro. Apesar de esse ser um tema atual a gente precisa atuar agora, mas pensando também no futuro. Cada vez mais vai se falar em abate humanitário e em consumo consciente. E esse assunto é reversível”.

Sobre este aspecto, o fiscal federal agropecuário Carlos Gustavo de Moraes Ribeiro defende que o consumidor está mais consciente sobre o seu

papel no bem-estar animal. “Apesar de ainda haver necessidade de uma maior conscientização, principalmente no interior dos estados – que muitas vezes não consome um produto inspecionado; acredito que o consumidor de classe média alta já tem consciência”. O professor Afonso Liguori aponta que “a mídia vai distribuindo a informação e as pessoas vão se impactando com isso. Então, eu acho que cada vez mais, não podemos falar isso de uma forma ampla, alguns grupos já começam a ter movimentações de compra de produtos oriundos de produção orgânica que não haja exploração de mão de obra e que não haja sofrimento animal. Então é um consumidor novo mais informado e que passa a julgar que isso é importante não basta simplesmente ser o alimento, o fornecimento ou o preço que ele quer pagar, mas sim a condição humana ou humanitária a qual esse animal foi submetido”. O professor Wagner Luis Moreira dos Santos lembra que “agora o bem-estar animal está tendo uma importância maior na medida em que os consumidores estão mais exigentes e conscientes. E a própria sociedade não conhece o trabalho, por exemplo, da Medicina Veterinária neste aspecto(...) Então, houve uma demanda social para este tipo de evento que a sociedade mundial de

proteção animal, particularmente, vem trabalhando isso. Esta é uma questão que envolve até animal doméstico, de cativeiro, do zoológico”. Renato Nunes, fiscal agropecuário e gerente de inspeção de produtos do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), ressalta a importância do evento pois “ele vem contemplar uma expectativa da sociedade como um todo, quer sobre o ponto de vista econômico, quer sobre o ponto de vista humanitário. Todos nós exploramos o animal para nossa alimentação, mas nem por isso devemos de alguma forma promover o sofrimento”.



Participantes do curso

IN 51: novos parâmetros de qualidade do leite

A partir do mês de julho alguns parâmetros para análises realizadas no leite no Brasil seriam modificados para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No entanto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) adiou em seis meses a cobrança deles. Mas o caráter das mudanças é mantido. Tanto a contagem bacteriana total (CBT) quanto a de células somáticas (CCS) sofrerão diminuição no número máximo estabelecido por instrução normativa. Nas regiões Norte e Nordeste, a mudança ocorre daqui a um ano, por causa das dificuldades para a adaptação.

Hoje em dia o padrão adotado nas análises é de 750 mil ufc/ml (unidades formadoras de colônias por mililitro) para a CBT e de 750 mil células somáticas por ml para a CCS. Em janeiro, este padrão passará a ser de no máximo 100 mil ufc/ml e 400 mil células somáticas por ml, respectivamente. Isto representa uma mudança significativa, principalmente em relação à contagem bacteriana total, segundo afirma Mônica Cerqueira, professora e coordenadora do Laboratório de Análise da Qualidade do Leite da Escola de Veterinária da UFMG. Estes padrões passarão a ser iguais aos que vigoram na União Européia.

Desde o final da década de 1990, quando começou a ser elaborado um Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, coordenado pela Embrapa, o Brasil tem tentado regulamentar e

gradualmente tem deixado mais rígidos os parâmetros para a sua produção leiteira. Com base em um documento criado pelo programa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou, em 2002, a instrução normativa nº51. Ela entrou em vigor em 2005 e estabeleceu a gradual diminuição, ao longo dos anos, dos padrões de contagem na análise do leite. De acordo com Cerqueira, isto representou “um avanço, já que não havia padrões legais para boa parte do leite que era consumido no Brasil. Antes, não havia padrão para a CBT, a CCS e muito menos para a proteína presente no alimento”.

A manutenção do leite dentro de padrões rígidos garante segurança, qualidade e durabilidade. Um leite com CBT e CCS altas, por exemplo, perde em sabor, aroma, rendimento econômico e produção. Uma contagem alta de células somáticas indica que a vaca apresenta mastite, uma inflamação na glândula mamária, o que compromete a eficiência e otimização do processo produtivo nas fazendas.

Porém, apesar de as medidas serem benéficas para o país, elas evidenciam problemas que ainda devem ser enfrentados. De acordo com Cerqueira, “o que temos hoje é uma preocupação de todo o setor produtivo, pois em muitas indústrias existe um percentual alto de produtores que não está conseguindo produzir o leite dentro do padrão

que entrará em vigor”. Muitas vezes, os produtores não têm informação suficiente para se adaptar e melhorar as condições de sua produção. Para a professora, é necessário um trabalho de educação continuada que inclua todo o setor produtivo, entre comunidade, produtores, laboratórios, indústrias de leite e a universidade. “Temos que pensar em estratégias para modificar este quadro. Não penalizando o produtor, mas cobrando ações de todo o setor, de toda a comunidade, inclusive da universidade com seus projetos de extensão. O laboratório da Escola de Veterinária, por exemplo, realiza este tipo de trabalho, treinando produtores, técnicos e até transportadores de leite”.

Fonte: www.vet.ufmg.br

Participe!

Indique um colega para destaque

Os médicos veterinários interessados em indicar um colega para ser homenageado como Destaque 2011 devem enviar, até 31 de julho, para o email contatos@crmvmg.org.br, o nome do profissional.

Fiscal do CRMV-MG ministra palestra no 1º Encontro Técnico da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados

De oito a 11 de junho foi realizado 1º Encontro Técnico da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados do Centro-Oeste de Minas. Com o objetivo de integrar os alunos do curso de Medicina Veterinária aos profissionais da área, a Faculdade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) de Bom Despacho recebeu o evento na Semana Integrada de

Medicina Veterinária.

O encontro, que teve a presença de empresários e autoridades ligados ao setor do leite, também recebeu o fiscal médico veterinário Messias Francisco Lôbo Junior. Ele proferiu palestra sobre “O papel do Responsável Técnico no laticínio”. Cerca de 50 pessoas compareceram.



Prof. Fabrício Amaral e fiscal veterinário Messias Lôbo

CRMV-MG e IMA promovem encontro em Patos de Minas

O CRMV-MG e a Coordenadoria Regional do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) de Patos de Minas realizaram, no dia 21 de junho, o encontro “Responsabilidade Técnica e as Relações no Mercado de Trabalho”. Cerca de 30 profissionais compareceram.

O presidente do CRMV-MG, prof. Nivaldo da Silva, proferiu a palestra “Programas e Metas do CRMV-MG” e “O mercado de trabalho do médico veterinário”. O assessor técnico Moisés Cataldo Santiago dissertou sobre “Responsabilidade Técnica na Medicina Veterinária”. Já o médico veteri-

nário Sérgio Pacheco, coordenador regional do IMA em Patos de Minas, falou sobre “Responsável Técnico nos estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário”.

Projeto de Lei 1094/2011 é retirado de pauta

O Projeto de Lei 1094/2011, de autoria do deputado Cleber Verde, do Maranhão, foi retirado de pauta pelo mesmo em pedido realizado ao presidente da Câmara. Para os que não se lembram, o projeto atribuía ao engenheiro de pesca a inspeção e fiscalização dos pescados e retirava a exclusividade na área de inspeção médico veterinário.

Dentre as várias mobilizações para que o projeto não fosse aprovado, o CRMV-MG enviou email para todos os profissionais informando sobre o conteúdo do projeto e pedindo que cada um fizesse sua parte: encaminhasse a correspondência e, caso tivesse algum conhecido na Câmara de Deputados, entrasse em contato para pedir uma intervenção.

Fique Atento

Atenção alunos da V-2 - UFMG

Nos dias cinco, seis e sete de agosto os médicos veterinários graduados na primeira turma V-2 da Escola de Veterinária da UFMG - Julho de 1971 – irão comemorar 40 anos de formatura.

Os alunos que pertencem a este grupo deve entrar em contato com José Miguel Schettini Henriques, organizador do evento, por meio do e-mail “quarentaanosv2@gmail.com” para saber informações sobre a festa.

Atenção

CRMV-MG inicia em agosto o processo de execução fiscal

O CRMV-MG, uma vez que é autarquia federal, é obrigado, por lei, a cobrar o que lhe é devido. Por esse motivo vem a público anunciar que a partir do mês de agosto dará início ao processo de execução fiscal de seus respectivos devedores.

Isso significa que será realizada inscrição do débito em Dívida Ativa, o que permitirá que instituições financeiras de crédito, entre outras, tenham conhecimento da inadimplência; além de cobrança judicial, com acréscimos relativos à atualização monetária, juros de mora, honorários de advogados e custas processuais. Desta forma, conclama mais uma vez os profissionais que eventualmente tenham débito perante a autarquia a regularizarem a situação; evitando, assim, maiores transtornos.

Expediente

PRESIDENTE
Nivaldo da Silva
CRMV-MG Nº 0747
VICE-PRESIDENTE
Fernando Cruz Laender
CRMV-MG Nº 0150
SECRETÁRIA-GERAL
Liana Lara Lima
CRMV-MG Nº 3487
TESOUREIRO
Antônio Arantes Pereira
CRMV-MG Nº 1373
FOTOS
Arquivo CRMV-MG e banco de imagens
DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO
Giria Design e Comunicação
(31) 3222.1829
contato@giria.com.br



MALA DIRETA POSTAL
9912266628/2010-DR/MG/MG
CRMV-MG
CORREIOS

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Carla Maria Camargos Mendonça
MG07465 J.P.
ESTAGIÁRIA
Lorrayne Peligrinelli
TIRAGEM
11.500 exemplares

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CRMV-MG)
Sede: Rua Platina, 189 - Prado
Belo Horizonte - MG - CEP: 30.411-131
PABX: (31) 3311.4100
E-mail: crmvmg@crmvmg.org.br